

“Esta reforma está tomando ar de remendo tributário”

A reforma tributária, cujos principais pontos foram apresentados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso na última segunda-feira, permeou as discussões do *Balanço*.

Paulo Nogueira Batista Júnior criticou: “Está tomando um ar de remendo tributário, em vez de reforma, não só porque as medidas na área de ICMS são limitadas, parciais, mas porque o governo vem ao mesmo tempo fazendo algumas proposta insólitas”.

Entre estas, destacou a prorrogação do Fundo Social de Emergência (FSE). “É uma coisa inédita, um fundo emergencial que duraria seis anos. Como diz um deputado, é um fundo emergencial de longo prazo”.

Apesar dos risos da mesa, José Márcio Camargo rebateu, embora concorde com a expressão remendo. Para ele, o problema não é a duração do fundo. “Posso discordar do fundo, mas por outras razões que não o prazo”. Camargo lembrou que um programa de estabilização, leva de quatro seis anos, para justificar que a questão não é o prazo, mas a finalidade dos gastos desses recursos. Nogueira também atacou a Contribuição sobre Mo-

vimentação Financeira, “mais um imposto ruim vinculado a fins nobres.”

Já Sulamis Dain destacou que o incentivo às exportações por meio do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), um tributo estadual, “é o mesmo que dar incentivo com o chapéu do outro”, no caso os estados. Ela prevê que haverá conflitos de interesse nessas propostas mas, mesmo sendo especialista em questões tributárias, disse que só opinaria, com mais segurança, após conhecer integralmente as emendas.

Dionísio Dias Carneiro lembrou que, quando as reformas do capítulo da Ordem Econômica foram enviadas ao Congresso, muitos disseram que seria melhor enviar primeiro a tributária.

O argumento, destacou, era que haveria dificuldades face ao componente ideológico envolvido, como a quebra dos monopólios de petróleo e telecomunicações. “Não foi que se viu”. Agora, prevê, muitos dirão que a questão tributária é que é traumática, porque envolve conflitos.

Segundo Carneiro, a carga tributária nominal (expressa no valor a ser pago) “já é insuportável”. Então, defende, o que se “tem que fazer é tornar a carga tributária percebida como mais justa, mais eficiente, mais razoável e manejável”. Além disso, “tem que abrir mão, em Brasília, do poder discricionário de caixa. Isso sim é um problema sério”. Carneiro acrescentou que ficou admirado de o presidente da República ter usado a expressão “levantar o farol, colocar o farol mais alto”, quando, na realidade, não tinha um horizonte para mostrar. “Isso é preocupante”, pois significa que os detalhes técnicos da reforma tributária são mais do que aquilo que apresentou. “E ninguém pode dizer que não houve houve tempo suficiente para que esses detalhes tivessem sido decididos”, disparou.